



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
PAÍS	20 julho	PODER POPULAR	

Nomeação surpreendente e controversa

M.L. Pintasilgo primeiro-Ministro

«RECUSO-ME acreditar na nomeação de Maria de Lurdes Pintasilgo antes da confirmação por via oficial. É demasiado grave. Não dá garantias de isenção e independência que o Presidente da República considerava essenciais para definir a personalidade encarregada de chefiar o Governo encarregado de preparar a realização de eleições.»

Foi esta a reacção de Ângelo Correia, membro e porta-voz da Comissão Política do PSD, ao ser confrontado com as declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo no fim da audiência com o general Ramalho Eanes.

«Sim, aceitei o convite do sr. Presidente da República» — confiou, sorridente e segura, aos jornalistas que a aguardavam à saída do Palácio de Belém. Na véspera, e em inconfidência impar mesmo nos complacentes hábitos desta Democracia «à experiência», já havia revelado ter sido «sondada» e estar disposta a aceitar o cargo.

A incredulidade de Ângelo Correia foi extensiva a muitos outros sectores da opinião. As reacções perante a eventualidade, e agora perante a certeza, também não foram mais tranquilizadoras para o Presidente da República, até porque, à hora em que escrevemos, ainda se não haviam pronunciado as forças a quem a decisão de Belém não deixará de agradar.

Ninguém pôs em causa, naturalmente, a competência técnica eng. Maria de Lurdes Pintasilgo, mas para um Governo de gestão é natural que a autoridade política sobreleve todas as demais considerações.

Também não oferecem dúvidas as opções da cidadã Maria de Lurdes Pintasilgo, circunstância sempre de salientar em tempos — antes e depois do «25 de Abril» — propício ao disfarce e

ao embuste. Mas se é louvável que uma pessoa, como no caso de Maria de Lurdes Pintasilgo, tenha sempre revelado firmeza nas suas convicções e coragem para as assumir integralmente, não é menos certo que essa firmeza e essa coragem a tenham colocado em posição impeditiva de exercer o cargo para que foi agora nomeada.

Afirma-se que a apartidária, e tudo indica que, efectivamente, não se encontra inscrita em qualquer Partido. Mas essa qualidade não a retira, nem ela alguma vez pretendeu tal coisa, do quadrante das forças da Esquerda — mais à esquerda do PS sem invadir os terrenos próprios do Partido Comunista. Portanto, a única garantia que ela verdadeiramente pode dar é que não prejudicará nenhum destes Partidos, o que é questão manifestamente secundária no prélio eleitoral que se aproxima e em que ela será chamada a desempenhar função extremamente importante como principal responsável pelo ambiente em que ele se desenrolará.

Maria de Lurdes Pintasilgo seria, de facto, o árbitro indicado se a disputa eleitoral estivesse circunscrita às forças de Esquerda em retrocesso político que nos situaria em 1975. Ao contrário, em Outubro de 1979 pretende-se contestar a «maioria de Esquerda» resultante da época que então se viveu. E nessa contenda ela está irremediavelmente comprometida porque sempre se confessou, mesmo nas arriscadas circunstâncias do «antigamente» uma personalidade «consequentemente de Esquerda».

Um célebre Comandante fazia do Estatuto da Disciplina Militar uma tal leitura que o obrigava a aplicar 20 dias de prisão disciplinar agravada por comportamento que ele entendia moralmente cor-

recto mas objectivamente incurso nas inúmeras alíneas daquele mal redigido documento. Parece que é o mesmo estilo de leitura que Ramalho Eanes faz da Constituição, ou melhor que permite lhe façam os conselheiros e «constitucionalistas» que o rodeiam.

Contudo, não valerá a pena retomar a polémica provocada pela sua decisão de se apresentar à Assembleia da República mas ainda esperar dela a aprovação de novo Governo, como se a dissolução não tivesse sido decidida precisamente pela impossibilidade de entendimento interpartidário que permitisse a formação de novo Governo. E Maria de Lurdes Pintasilgo não seria uma das individualidades independentes que o PS aceitaria para presidir ao V Governo que evitasse a realização de eleições?

Mas Ramalho Eanes indiferente às questões levantadas por essa sua decisão, resolveu agravá-las confiando a uma personalidade confessadamente da Esquerda o encargo de derimir um pleito eleitoral em que estarão em confronto não os Partidos mas duas concepções de encarar a organização da sociedade e o futuro de Portugal, ou seja a Esquerda e a Direita como simplisticamente se costuma indentificar as duas correntes ideológicas.

A opção é verdadeiramente canhestre. Se a Direita perde tem razões suficientes para contestar a derrota, e o formalismo das instituições pode garantir o seu funcionamento sem que por isso abrande a campanha de descrédito que as envolvem. Mas poderá acontecer que esta «vantagem» concedida às forças de Esquerda seja contraproducente por reacção da opinião pública, e então ver-se-á a mesma contestação, mas de sinal contrário, minar os frágeis alicerces da Democracia em Portugal.

Depois de três anos de ineficácia governativa e de controversa actividade parlamentar, exigia-se que as eleições fossem exemplares para retemperar ânimos e recuperar os transviados. Com Maria de Lurdes Pintasilgo a chefiar o Governo as eleições poderão cumprir essa pedagogia? É pouco provável, não por insuficiência de qualidades pessoais, mas talvez pela sua maior virtude: a firmeza e coragem com que sempre afirmou e defendeu as suas opções políticas.

Ramalho Eanes, único responsável por esta decisão embora se reconheça a necessidade de ser forçado a negociar com o Conselho da Revolução a dissolução da Assembleia da República, aparecerá isolado nesta conjuntura porque o PS não lhe agradecerá a compensação e o PCP segue inflexível a sua linha de rumo com simples acenos circunstanciais aos apoios que vai recebendo.

Um Homem só com a sua consciência? Não, um homem afastado por certos dos seus conselheiros. E, no entanto, 48 horas antes havia recebido de Washington o «conselho» sobre as atitudes drásticas que a perda de popularidade aconselha. Jimmy Carter — anunciaram as agências de todo o mundo — dispensou todos os seus conselheiros para tentar recuperar a popularidade perdida. Há, evidentemente, outra explicação: foram os conselheiros que «mudaram de comboio» para não entrarem na estação sem retorno. Qualquer das duas hipóteses deveriam ser meditadas em Belém.

Não quis, não pôde ou não soube o Presidente seguir o exemplo americano. É demasiado cedo para concluir que estará mais interessado no futuro da sua carreira militar do que na sua permanência no Palácio de Belém.